

## **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DO VALE DO RIO PARDO/CISVALE**

### **ADITIVO 01 AO CONTRATO DE PROGRAMA – SERVIÇOS DE PARECERES AMBIENTAIS – CONTRATO Nº 34/2020**

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2020**

#### **1. DOS MUNICÍPIOS CONTRATANTES:**

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DO VALE DO RIO PARDO – CISVALE**, Associação Pública de Natureza Autárquica Intermunicipal, subordinado as normas e princípios de direito público, com sede administrativa na Rua Ernesto Alves nº 875, bairro Centro, na cidade de Santa Cruz do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 07.664.821/0001-71, neste ato representado pela **Presidente do Conselho de Administração, Sra. Helena Hermany**, doravante denominado CONSÓRCIO e o EXECUTIVO MUNICIPAL do **MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n.º. 87.334.918/0001-55, com sua sede na Prefeitura Municipal de Venâncio Aires, situada na Rua Osvaldo Aranha, n.º 634, bairro Centro, CEP 95.800-000, telefone (51) 3983-1000, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Jarbas da Rosa**, doravante denominados CONSORCIADO, têm entre si ajustado o que segue.

#### **2. DO OBJETO, MODO, FORMA E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO:**

2.1 O presente CONTRATO DE PROGRAMA, na forma de instrumento particular de caráter público, tem por objeto a inclusão do município de Venâncio Aires ao programa específico de serviços ambientais, bem como rateio de despesas, relativamente à regionalização de serviços de emissão de pareceres ambientais, destinados à instrumentalização de procedimentos de licenciamentos no âmbito dos municípios consorciados.

2.2 Os serviços relativos à emissão de pareceres ambientais serão contratados na forma de credenciamento, a partir de definição de tabela de valores.

2.3 As receitas e despesas, relativas a execução do presente contrato, serão apuradas mensalmente, tendo-se por base a demanda verificada, cabendo aos municípios eventual crédito ou aporte complementar, que se fizerem necessários para execução do presente instrumento.

2.4 Os serviços especificados no objeto do presente serão contratados na forma de credenciamento, a partir de definição de tabela de valores pelo CISVALE, em vigor e/ou editada pelo consórcio, e autorizados, regulados, avaliados, fiscalizados, vistoriados, controlados e recebidos pelos municípios tomadores da prestação do serviço, pelo servidor por ele indicado, ou na falta o Secretário do Meio Ambiente ou equivalente.

### **3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:**

3.1 O prazo de vigência do presente termo de Contrato de Programa será de 12 meses, resolvendo-se, contrato em vigor com o mesmo objeto.

### **4. CRITÉRIOS, INDICADORES, FÓRMULAS E PARÂMETROS DEFINIDORES DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS:**

4.1 Em conjunto com as Secretarias Municipais de Meio Ambiente dos Municípios contratantes, poderão ser definidos, eventualmente, e se for o caso, os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços.

### **5. DO ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS OBJETO DA GESTÃO ASSOCIADA E DA FIXAÇÃO, REVISÃO E REAJUSTE DOS VALORES DA TABELA:**

5.1 Os prestadores contratados por meio de credenciamento, os Município Consorciados, e o CISVALE, em todas as suas ações inerentes ao objeto deverão observar todos os normativos regulatórios e leis, atinentes aos serviços ambientais regulação e normativas atinentes ao objeto contratado.

5.2 O valor dos itens constantes da tabela de serviços ambientais do CISVALE, serão fixados e revisados através de resolução específica, que levará em consideração os valores de mercado e a inflação.

### **6. DA TRANSPARÊNCIA**

6.1 Os Municípios deverão dar publicidade e transparência, aos gastos, procedimentos no que tange a execução orçamentária, do objeto aqui contratado, bem como, livre acesso aos órgãos de controle, e, fiel cumprimento da lei de acesso à informação.

### **7. DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES CONTRATANTES:**

7.1 Compete ao CISVALE:

I – estabelecer a organização dos procedimentos de fixação dos valores da tabela de preços;

II – elaboração e publicação de edital de credenciamento de terceirizados;

III – realização dos credenciamentos;

IV – organização e distribuição das demandas junto aos credenciados, após definição dos Municípios;

V – lançamento, cobrança e pagamento dos serviços prestados;

VI – demais atos necessários à execução do presente objeto.

VII – prestar contas de forma anual.

7.2 Compete aos MUNICÍPIOS CONSORCIADOS:

I – organizar estrutura jurídica para emissão dos licenciamentos ambientais, no âmbito local;

II – manter legislação compatível e adequada à execução dos licenciamentos

ambientais;

III – manter licenciador com capacidade jurídica para emissão das licenças;

IV – enviar as demandas ao CISVALE para contratação de credenciados;

V – efetuar o pagamento pontual dos serviços prestados;

VI – custear despesas administrativas do CISVALE para manutenção dos serviços;

VII – informar serviços prestados, bem como eventuais problemas na execução dos trabalhos pelos credenciados;

VIII – demais atos e responsabilidades necessários à execução do presente

IX – A execução do objeto do presente contrato será autorizada, regulada, avaliada, fiscalizada, vistoriada, controlada e recebida pelos municípios tomadores da prestação do serviço, pelo servidor por ele indicado, ou na falta o Secretário de Agricultura ou equivalente.

X – Realizar os atos inerentes as formalidades previstas em Lei, quanto a contratação.

XI – Apresentar ao Consórcio no prazo de 15 dias a previsão de gastos quanto ao objeto, no caso o valor empenhado pela municipalidade.

XII – Estabelecer os critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros definidores da qualidade dos serviços, na condição de tomadores;

XIII – Fixar e informar os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços.

7.3 Constitui-se direito de os Municípios solicitar, dentro dos limites e possibilidades do mercado e do Consórcio (inclusive financeira), a alteração e expansão dos serviços, eventual modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações.

## **8. DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS:**

8.1 Os usuários poderão, pessoalmente ou através de entidades de classe ou de associações regularmente constituídas, apresentar reclamações ou sugestões aos municípios ou Consórcio, com relação ao objeto.

8.2 São atribuídos aos usuários todos os direitos e deveres contidos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e no Código Civil Brasileiro, desde que pertinentes ao serviço prestado, bem como aqueles previstos no Regulamento e na legislação aplicável, inclusive os atos normativos dos Municípios.

8.3 É direito do usuário, o acesso a um serviço de qualidade, na forma da legislação federal, em especial a CRFB.

8.4 Poderão os Município fixarem e informarem os direitos e deveres dos usuários para obtenção e utilização dos serviços, além dos acima elencados.

## **9. DA FISCALIZAÇÃO:**

9.1 Os serviços poderão a qualquer tempo, e deverão ser fiscalizados por comissão composta por representantes do titular do serviço, do contratado e dos usuários, ou ainda de forma individual pelos Municípios Consorciados, através de pessoa formalmente indicada.

9.2 As partes Consórcio, Município e prestador de serviço, permitirão o livre acesso, para os trabalhos de fiscalização e de acompanhamento da qualidade dos serviços prestados.

9.3 É direito do Município exercer amplo, irrestrito e permanente acompanhamento e fiscalização de todas as fases de execução dos serviços objeto deste contrato, tomando as providências necessárias à sua regularização.

9.4 O serviço ficará sob direta fiscalização do Município que, para este fim, usará de todos os recursos permitidos em lei.

9.5 Os serviços especificados no objeto do presente serão autorizados, regulados, avaliados, fiscalizados, vistoriados, controlados e recebidos pelos Municípios tomadores da prestação do serviço, pelo servidor por ele indicado, ou na falta o Secretário de Meio Ambiente ou equivalente.

9.6 A cada semestre os serviços serão fiscalizados por comissão composta por representantes do titular do serviço, do contratado e dos usuários, dos Municípios, ou ainda, em período menor se assim se mostrar necessário.

## **10. PENALIDADES DO PRESTADOR:**

10.1 As penalidades contratuais e administrativas a que se sujeita o prestador dos serviços, serão aquelas constantes da lei de licitações, para os que contratam com a administração pública, e ocorrerão após prévio processo administrativo, com observância dos direitos constitucionais inerente.

10.2 O processo administrativo poderá ser deflagrado pelo Município consorciado, ou pelo Consórcio.

## **11. CASOS DE EXTINÇÃO:**

11.1 O presente contrato poderá ser resilido por acordo de todas as partes contratantes.

11.2 Eventual retirada do Consórcio de qualquer de um dos demais Municípios não implicará a extinção do presente instrumento, ficando assegurada ao Consórcio, na superveniência de tal hipótese, o direito de aditar, a qualquer tempo, o presente instrumento para restabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93.

## **12. BENS REVERSÍVEIS:**

12.1 As partes declaram a inexistência de bens reversíveis, sendo todos patrimônios do Consórcio, cuja destinação em caso de extinção, ocorrerá na forma do Estatuto.

## **13. DAS INDENIZAÇÕES:**

13.1 No caso de indenização a um prestador a qualquer título, salvo quando for possível identificar o Município devedor do valor, o montante será rateado pelo coeficiente de habitantes apurado pelo IBGE.

13.2 Caso um valor seja devido a um prestador a título de indenização, e for possível identificar o Município que deu origem, deverá este arcar com o custo inerente, na integralidade individualmente.

## **14. PRESTAÇÃO DE CONTAS:**

14.1 A gestão dos recursos financeiros estabelecidos neste contrato, bem como, as respectivas prestações de contas, que inclui a elaboração e apresentação dos Balanços Contábeis e Financeiros é de responsabilidade da Presidente do Conselho

de Administração, em conjunto com a Diretoria Executiva e contabilidade, acompanhada e fiscalizada pelo Conselho Fiscal, conforme estabelecido no Estatuto do CISVALE.

14.2 O Consorciado, isolado ou em conjunto, bem como o Consórcio, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato e em conformidade com o Estatuto Social.

14.3 Tanto os recursos quanto os serviços serão fiscalizados, autorizados, regulados, avaliados, vistoriados, controlados e recebidos pelos Municípios tomadores da prestação do serviço, pelo servidor por ele indicado, ou na falta o Secretário de Meio Ambiente ou equivalente.

## **15. DA PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.**

15.1 O consórcio deverá publicar a cada semestre as demonstrações financeiras relativas à gestão associada, a qual deverá ser específica e segregada das demais demonstrações do consórcio público ou do prestador de serviços, conforme e se for o caso.

## **16. DA FUNDAMENTAÇÃO:**

16.1 O presente instrumento fundamenta-se nos termos da Lei nº 11.107/05, na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, no Estatuto do Consórcio CISVALE, nos demais normativos pertinentes à matéria, sendo plenamente aplicáveis em casos omissos.

## **17. DO RATEIO:**

17.1 Fica estabelecido, quanto ao custeio das despesas administrativas do CISVALE, será aproveitada a estrutura administrativa já existente no CISVALE, sendo que, em caso de necessidade, será realizado rateio de despesas que futuramente se mostrarem necessárias, com quota de contribuição mensal apurada a partir de valor por habitante.

17.2 O valor da quota de contribuição mensal será calculado multiplicando-se o valor/habitante (valor porhabitante) pelo número de habitantes estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando-se os dados do levantamento que mais recentemente tiver sido realizado. O programa instituído será devidamente custeado pelo Cisvale, com reserva financeira existente.

17.3 Os valores dos serviços prestados, bem como das quotas de contribuição mensal, deverão ser pagos mediante liquidação de boleto bancário ou depósito em conta, de acordo com definição administrativa do CISVALE, cujo valor deverá ser pago sempre até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao de referência.

17.4 Em caso de inadimplência dos serviços ou taxa administrativa deverá incidir correção monetária pelo IGP-M pro rata die, multa e juros fixados no contrato de rateio.

17.5 Em caso de inadimplemento superior a 30 dias, os serviços poderão ser suspensos em relação ao município inadimplente.

17.6 Os valores dos serviços prestados, bem como de eventuais despesas administrativas serão cobrados a partir do primeiro serviço solicitado pelo respectivo município CONSORCIADO.

17.7 Servirá de dotação orçamentária as seguintes rubricas do município de Venâncio Aires :

**ÓRGÃO 13 Secretaria do Meio Ambiente**

**UNIDADE 02 FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

13.02.18.541.0103.2131 **MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO E LICENCIAMENTO**  
1777 3.3.90.39.00.00.00.00 1011.00000 **OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA**

**18. PENALIDADES:**

18.1 Os inadimplementos das obrigações contratuais e financeiras estabelecidas neste instrumento sujeitam o Consorciado faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio, Estatuto do Consórcio e Art. 8º, § 5º, da Lei Federal nº 11.107/05, além de juros de 1% e correção monetária pelo IGPM, após 30 dias de atrasos.

**19. DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:**

19.1 O presente instrumento surtirá efeitos jurídicos a partir de sua assinatura.

19.2 As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta das dotações orçamentárias e recursos próprios de cada Município.

19.3 Aplica-se ao presente o disposto na lei 8666/93, CRFB, Código Civil e legislação correlata em casos omissos.

19.4 Constituir-se-ão direitos, garantias e obrigações das partes contratantes do credenciamento, as constantes do contrato de prestação do serviço, nos limites e possibilidades previstos na lei de licitações, e ainda, no que tange a possibilidade de modificação do contrato, que abarca alteração e expansão dos serviços, eventual modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e instalações.

19.5 O presente contrato não implica em transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens.

19.6 As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Santa Cruz do Sul – RS, para dirimir dúvidas emergentes do presente acordo.

19.7 Segue sendo firmado em 03 vias de igual teor, sendo remetido aos Municípios cópias autenticadas.

Santa Cruz do Sul, 03 de março de 2021.

**Pref. Helena Hermany**

Presidente do Conselho de Administração

**Jarbas Daniel da Rosa**

Prefeito Municipal de Venâncio Aires

**LÉA REGINA MACHADO VARGAS**

Diretora Executiva do CISVALE

**DIOGO FRANTZ**

OAB/RS 78.831

Assessor Jurídico do CISVALE

**TESTEMUNHAS:**

**EXTRATO DE DISPENSA Nº 032/2020**

(Publicação na Imprensa Oficial conforme Art. 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666).

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇOS DO VALE DO RIO PARDO - CISVALE torna pública a realização do primeiro aditivo ao contrato de Programa – Serviços de Pareceres Ambientais – Nº 34/2020 do Processo de Dispensa de Licitação Nº 032/2020 na forma do art.24, inciso XXVI da lei de licitações, para a contratação de contrato de programa entre todos os municípios que compõe o Consórcio, para contratação de CONTRATO DE PROGRAMA – SERVIÇOS AMBIENTAIS.

Santa Cruz do Sul, 03 de março de 2021.

---

**HELENA HERMANY**  
Presidente CISVALE

---

**Jarbas Daniel da Rosa**  
Prefeito Municipal de Venâncio Aires